

# Max Russi é o novo presidente

Gilberto Leite

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa nem chegou a ser disputada. Com ampla aliança, o deputado Max Russi (PSB) conseguiu formar uma chapa de consenso e foi conduzido à presidência, tendo Dilmar Dal Bosco (DEM) como vice e Eduardo Botelho (DEM) na primeira-secretaria. A nova formação foi feita para atender a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a terceira reeleição consecutiva de Botelho e mandou fazer uma nova eleição em 48 horas. A substituição aconteceu sem traumas, pois já era prevista pelos parlamentares

PÁG. 3



## Masson define prioridades

Atual gestão do prefeito Vander Alberto Masson (SPDB) e Marcos Scolari (PTB), que administra Tangará da Serra, terá como prioridade sanar os anseios da população, dando foco principalmente à saúde e ao problema de abastecimento de água, que assola o município há anos. A meta é implantar políticas de curto prazo, com focos estratégicos

PÁG. 4

## Variante inglesa da coronavírus circula em duas cidades de Mato Grosso

PÁG. 6

## Com aumento do combustível, motoristas ficam desmotivados

Gilberto Leite



Com altos custos com manutenção e combustível, trabalhar com aplicativo de transporte urbano está deixando de ser vantajoso para alguns motoristas em Mato Grosso. Só nesses dois primeiros meses de 2021, cerca de 8% dos 380 associados à Associação dos Motoristas de Aplicativo abandonaram a atividade. O grande vilão é o combustível que acaba custando em média R\$ 1.300 mensais para o trabalhador. Com o preço do etanol custando entre R\$ 3,27 e R\$ 3,59, ao longo desta última semana de fevereiro, mais motoristas de aplicativo desistiram

PÁG. 7

## Novelli e Joaquim desabafam no TCE

Após mais de três anos de afastamento, os conselheiros Antonio Joaquim e José Carlos Novelli participaram de uma sessão do Pleno do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). A sessão da última terça (23) foi marcada pelos comentários deles seus processos e a 'emoção' do retorno. Os dois disseram que as acusações feitas contra eles são inverídicas e acreditam que a volta é uma prova disso

PÁG. 5

## Rede privada diz estar preparada para retorno

No final de janeiro, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, autorizou o retorno das aulas em modelo híbrido nas escolas particulares. Com a expectativa de retorno, a classe diz estar preparada para receber os alunos que devem voltar nesta segunda (1), quase um ano depois da determinação de suspensão da forma presencial. Investimentos foram feitos e protocolos de biossegurança serão seguidos por todos. As aulas de educação física serão teóricas e o intervalo foi suspenso

PÁG. 6

## Estado abre 'caixa-preta' das exportações do agronegócio

Após mais de quatro anos de embates, o governo do Estado assinou nesta quarta-feira (24) um termo de cooperação técnica para troca de informações fiscais, que inclui os dados sobre as exportações do agronegócio. Os documentos eram solicitados pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) desde novembro de 2016, em meados da gestão de Pedro Taques (Cidadania). A Corte de Contas identificou risco de evasão fiscal por meio das exportações, já que os produtos do agronegócio são isentos de impostos

PÁG. 4

## Dono do maior rebanho do país, Mato Grosso pode importar gado

Em busca de alternativas para reverter a crise causada pela falta de animais para o abate, a indústria frigorífica avalia a importação de gado vivo de outros países. Dados do Imea mostram que a indústria tem operado utilizando apenas 45,03% da sua capacidade, atingindo seu menor patamar desde maio de 2018, quando o Brasil enfrentava a greve dos caminhoneiros. Sem ter matéria-prima, os abatedouros estão praticamente vazios e com escalas diárias bem aquém do normal

PÁG. 8



**CHAPA ÚNICA**

Deputado formou ampla aliança para chapa de consenso e não teve competição pela Mesa Diretora; Botelho será primeiro-secretário

# Russi é o novo presidente da AL

**Da redação**

Após mais de duas horas em reunião na casa do deputado estadual Eduardo Botelho (DEM), Max Russi (PSB) definiu a formação da nova Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), que nem chegou a ser disputada pois só houve a chapa de consenso.

Silvio Fávero (PSL) chegou a dizer que iria apresentar uma chapa para disputar a Mesa, mas não conseguiu encontrar nomes suficientes para acompanhá-lo.

A composição contou com Russi, presidente; Dilmar Dal Bosco (DEM), 1º vice-presidente; Wilson Santos (PSDB), 2º vice; Eduardo Botelho (DEM), 1º secretário;

Janaina Riva (MDB), 2º secretária; Delegado Claudinei (PSL), 3º secretário; e Allan Kardec (PDT), 4º secretário.

O deputado Valdir Barranco (PT) era o mais cotado para assumir a quarta secretaria, mas acabou ficando de fora porque o regimento interno da Casa não permite que um componente da Mesa Diretora falte à assinatura da Mesa. Assim, ele foi apenas citado, com a chapa sendo batizada em sua homenagem.

**BOTELHO** - Durante o dia, Botelho chegou a dizer que não iria compor a chapa de Max Russi por entender que sua missão no Legislativo já tinha sido concluída. Apesar disso, ele resolveu atender a um pedido do governador Mauro Mendes (DEM) e inscreveu seu nome.

Contudo, informações de bastidores apontam que ele deve ser conduzido a uma vaga no Tribunal de Contas do Estado (TCE), pois existe a expectativa de que o conselheiro Antonio Joaquim peça aposentadoria, abrindo uma vaga na Corte de Contas.



Chapa de consenso encabeçada por Max Russi não encontrou oponentes na disputa pela Mesa

**'LOCKDOWN'** - A eleição da Mesa Diretora foi a última atividade presencial da Assembleia Legislativa por algum tempo. A partir da quarta-feira (24), a Casa voltará a fechar as portas por pelo menos 10 dias, prazo que poderá ser prorrogado.

O deputado Dilmar explicou que, além do deputado Valdir Barranco (PT), que está internado em estado grave em um hospital particular de São Paulo, muitos servidores também testaram positivo para o novo coronavírus.

Reforçando o pedido de fechamento da Casa, o deputado estadual e médico sanitário Lúcio Cabral (PT) afirmou na tribuna que se faz necessária uma quarentena para conter o avanço da doença entre os servidores do Legislativo.

"Requeremos uma quarentena, por uma semana e podendo ser prorrogado por mais sete dias. Estamos em um estágio de pandemia muito preocupante e, por isso, vejo necessário que a Casa decrete a quarentena o quanto antes", pontuou.

**TAXAÇÃO DOS INATIVOS**

## Previdência volta a ser prioridade

**Da redação**

O debate sobre a Previdência de Mato Grosso ainda está longe de terminar. Agora, voltou a ser prioridade também dentro do governo, que liberou sua equipe para trabalhar junto com os deputados estaduais em busca de uma alternativa para a taxa de aposentados e inativos. A pauta foi um dos principais temas de debate entre deputados e o governador Mauro Mendes (DEM), em reunião realizada na última quinta-feira (25), no Palácio Paiaçu.

Tanto o Executivo quanto o Legislativo querem achar uma alternativa, já que toda a história do projeto de lei complementar 26/2020 causou desgaste político para ambos. O PLC isen-

tava aposentados e pensionistas que recebem até o teto do INSS (hoje em R\$ 6,4 mil) do pagamento da contribuição previdenciária de 14%.

"O governo liberou toda a equipe para trabalhar conosco, porque o governador também está ansioso para encontrar uma solução sobre isso", disse o deputado Eduardo Botelho (DEM), primeiro-secretário da Assembleia.

Ainda não há uma alternativa na mesa. A proposta dependerá dos cálculos que serão feitos pelas equipes do MTPrev e da Assembleia Legislativa, com o objetivo de garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário nos próximos 15 dias, em uma comissão especial que foi montada para debater esse assunto na Casa de Leis.

Os deputados buscam uma forma de aplicar a alíquota progressiva, que já é realidade em outros estados brasileiros, mas foi descartada na hora da reforma mato-grossense. Essa alternativa exige cálculos mais complexos, mas corrige as injustiças da alíquota única que é aplicada atualmente.

Por ora, o governo já tem garantido o projeto de lei que irá isentar da contribuição previdenciária os aposentados e pensionistas que são portadores de doenças graves. Segundo Botelho, o projeto está pronto para ser enviado à Assembleia Legislativa, assim que forem retomados os trabalhos na Casa, que está fechada por pelo menos 12 dias devido a um surto de covid-19.

**CORTE ELEITORAL**

## Carlos Alberto e Nilza Maria vão presidir o TRE-MT

**Keila Maressa | TJMT**

Os desembargadores Carlos Alberto Alves da Rocha e Nilza Maria Pôssas de Carvalho foram eleitos na última quinta-feira (25) para assumir as vagas de juízes-membros titulares, categoria desembargador, no biênio 2021/2023 do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. Na prática, eles serão os novos presidente e vice-presidente/corregedor da instituição.

A eleição para oficializar quem ocupará qual cargo, será realizada pelo Pleno do TRE-MT em data ainda a ser definida. Os membros substitutos ainda não foram definidos.

Dentre as funções que os aguardam estão o julgamento de recursos eleitorais e a condução do processo eleitoral de 2022, quando haverá eleição para presidente do Brasil, governador do Estado, senadores, deputados federais e estaduais.

A escolha foi realizada pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em sessão extraordinária por videoconferência, realizada e transmitida pelo canal oficial do órgão no YouTube (@tjmtoficial). O voto de cada membro do Pleno é secreto, utilizando sistema eletrônico de votação não presencial. Cada um deles recebeu, por e-mail, o login e a

senha para a votação em cédula eletrônica.

A Corte do Tribunal Regional Eleitoral, conforme determina o art. 120 da Constituição Federal de 1988, é composta de sete magistrados, sendo 2 desembargadores, escolhidos dentre os membros do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso; 2 juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso; 1 juiz federal, escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região; 2 advogados, nomeados pelo presidente da República, escolhidos dentre 6 advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo TJMT.

## Deputados divergem sobre forma de escalonamento

Há vários formatos em debate para a alíquota progressiva da Previdência. O deputado Allan Kardec (PDT) defende uma faixa de isenção mais ampla, até seis salários mínimos, o que resultaria em uma contribuição maior por parte dos aposentados que recebem acima desse valor.

"Não tem como correr do escalonamento. Então, nós vamos também ver como que nós vamos estudar esse escalonamento a partir da dobra, por exemplo, do teto do INSS, como alguns estados têm. Até R\$ 6 mil é isento, de R\$ 6 a R\$ 12,2 mil é 14%, e a partir de R\$ 12,2 mil

aumenta essa alíquota. Mas não tem nada pronto", adiantou Kardec.

Kardec destaca que é importante deixar a faixa de isenção atrelada a um indicador, como o salário mínimo ou o teto do INSS. Isso garante o reajuste automático da faixa de isenção quando houver aumentos nesses indicadores, diminuindo a margem para defasagem.

Outro projeto, apresentado pelo deputado Wilson Santos (PSDB) no dia 16 de fevereiro, antes da formação da comissão especial, prevê uma faixa de isenção mais baixa, diminuindo o impacto sobre os salários mais altos.

Pelo projeto de Wilson, a isenção se aplicaria somente a quem ganha até R\$ 3.000,00. Os que ganham entre R\$ 3.001,00 e R\$ 6.433,57 teriam alíquota de 5%. O desconto volta a ser de 14% (como é hoje) para quem ganha acima desse valor, até R\$ 10 mil.

Daí para cima as alíquotas passam a ser de 15% para quem recebe entre R\$ 10 mil e R\$ 14 mil; de 16% para quem recebe entre R\$ 14 mil e R\$ 17 mil; de 17% para salários entre R\$ 17 mil e R\$ 20 mil; de 18% para salários entre R\$ 20 e 23 mil; de 19% para salários entre R\$ 23 e 26 mil; e de 20% para quem recebe acima de R\$ 26 mil.

**PROJEÇÃO NACIONAL**

## Emanuel será vice de Bruno Covas na Frente de Prefeitos

**Da redação**

O prefeito de Campinas (SP), Jonas Donizette (PSB) convidou o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) para ser vice-presidente da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) na chapa que será encabeçada pelo gestor de São Paulo, Bruno Covas (PSDB). A eleição para a escolha da nova diretoria acontece no próximo dia 15 de abril.

O convite aconteceu após uma reunião virtual entre Jonas e Emanuel, que aceitou de imediato. Caso a chapa seja eleita, Emanuel e Bruno irão estar à frente da FNP no

biênio 2021/2023. Para o prefeito, essa é uma chance de colocar Cuiabá em posição de protagonismo no debate de pautas nacionais.

"Isso mostra a importância de Cuiabá no contexto nacional e quero dizer que vamos nos dedicar ao lado de Bruno Covas. Vamos buscar ainda mais o fortalecimento e união dos prefeitos do Brasil, o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e a melhoria da política municipalista. Dessa forma, buscar mecanismos de modernidade e sustentabilidade para diversas ações. Iremos

colocar Cuiabá em uma condição de debate nacional", disse.

Atualmente Emanuel é representante dos prefeitos do Centro-Oeste na FNP. Inclusive, na semana passada, ele esteve em reunião com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, representando Cuiabá, Campo Grande (MS) e Goiânia (GO). Como o Distrito Federal não tem prefeito, a cidade é representada pelo governador.

A FNP representa municípios com mais de 80 mil habitantes e capitais e é organizada em diretoria executiva, vice-presidências temáticas.

## TRANSPARÊNCIA

Após mais de quatro anos de embates, governo libera acesso do Tribunal de Contas aos dados fiscais referentes às exportações do agronegócio

## MT abre a 'caixa-preta' do agro

Mayke Toscano/Secom-MT



Gabriel Soares

Após mais de quatro anos de embates, o governo do Estado assinou nesta quarta-feira (24) um termo de cooperação técnica para troca de informações fiscais, que inclui os dados sobre as exportações do agronegócio.

Os documentos eram solicitados pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) desde novembro de 2016, em meados da gestão de Pedro Taques (Cidadania). A Corte de Contas identificou risco de evasão fiscal por meio das exportações, já que os produtos do agronegócio são isentos de impostos por força da Lei Kandir. Em 2018, essa atividade movimentou cerca de R\$ 95 bilhões (US\$ 17,7 bilhões).

"Nunca tivemos acesso a esses dados. Pela primeira vez, um



Antonio Joaquim ficará responsável pelo grupo do Tribunal de Contas que irá analisar dados de exportações

secretário de Fazenda e um governador estão dando transparência total sobre as receitas do Estado. E o Tribunal de Contas vai trabalhar nessa auditoria, mostrando e apontando caminhos para o governador", disse o presidente do Tribunal de Contas, Guilherme Maluf.

O documento autoriza o compartilhamento de dados relativos

ao sistema contábil, ao Cadastro de Contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) e às notas fiscais eletrônicas emitidas, por produtores e empresas, aos órgãos públicos estaduais e municipais.

O intercâmbio de informações será feito de forma online, por meio de acessos concedidos a usuários devidamente

identificados e autorizados pelo TCE. A Corte terá que manter o sigilo fiscal dos contribuintes, mas poderá fazer a 'devassa' que é planejada há anos.

"O termo que nós assinamos hoje aqui vai autorizar o Tribunal a ter acesso diretamente, pelos seus técnicos cadastrados e credenciados, a todas as receitas públicas, fiscalizando as exportações que são fei-

tas hoje pelo Estado de Mato Grosso, dando total transparência e acesso para que isso possa ajudar a combater a sonegação", avaliou o governador Mauro Mendes (DEM).

O trabalho de fiscalização e auditoria será conduzido no Tribunal de Contas pelo conselheiro Antonio Joaquim que parabenizou a iniciativa do Executivo em conceder acesso às re-

ceitas públicas de forma transparente.

"Isso significa, conceitualmente, fazer fiscalização na receita do Estado. Nós só fazíamos fiscalização no gasto, na despesa, então vamos fiscalizar também a receita e é ótimo que estejamos junto com o governo, para fazer isso de uma forma harmônica e com o objetivo de dar resultados ao povo", disse o conselheiro.

## ALTERNATIVA

## Dinheiro da corrupção deve cobrir rombo do MTPrev

Da redação

Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Max Russi (PSB) disse que uma medida para amenizar o rombo da previdência no estado seria utilizar o dinheiro apreendido em corrupção e injetar no caixa dos aposentados. A proposta foi apresentada ao governador durante reunião na última quinta-feira (25).

O deputado disse que com a expectativa de vida maior da população, somente a contribuição dos servidores não será suficiente para manter o caixa no azul.

"Daqui a 10 anos com a população felizmente vivendo mais, com a expectativa de vida maior,

vai precisar aumentar novamente a alíquota e mexer novamente. Eu defendo que o dinheiro fruto da corrupção recuperado pelos órgãos públicos venha para o caixa da previdência para a gente ter um caixa tranquilo e não ter mais esse problema de previdência nos próximos anos", detalhou Max na manhã de quinta-feira (25).

Os deputados já estão trabalhando em uma comissão para apresentar ao Executivo uma nova proposta de taxação dos aposentados e pensionistas. Após a reforma da previdência pelo Estado, aposentados e pensionistas começaram a pagar 14% de contribuição de previdência e a situação gerou

polêmica após a ALMT manter o veto do governador ao PLC-36.

Russi explicou que tanto Mauro Mendes quanto os parlamentares da Casa de Leis estão empenhados na busca de uma nova proposta.

"O governador está disposto a uma proposta e nós vamos apresentar. Vamos cobrar dele a questão de pessoas com doenças graves em desconto. Nós temos uma comissão da Assembleia Legislativa, que está debruçada nessa questão e acredito que neste mês de março consigamos avançar nessa questão porque tem o entendimento do governador que quer procurar uma opção alternativa", concluiu.

## O PROBLEMA É OUTRO

## Gallo: mexer no ICMS não vai baratear combustíveis

Da redação

O secretário de Estado de Fazenda, Rogério Gallo, disse nesta sexta-feira (26) que a proposta do presidente Jair Bolsonaro para a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o combustível é ineficaz e não reduziria os preços nas bombas.

Gallo explicou que a reforma tributária já está sendo discutida no âmbito nacional, mas a alteração no ICMS proposta pelo presidente é o remédio errado para a doença. O secretário lembrou que o imposto é de extrema importância para os governos estaduais e, por isso, é preciso ter respon-

sabilidade fiscal, pois não dá para abrir mão de recursos sem a devida compensação.

"O próprio governo federal, que vai abrir mão agora da PIS/Confins, reconhece que vai ter que cortar benefícios fiscais de alguns setores ou aumentar impostos em outra área, criando, por exemplo, essa contribuição que foi antigamente a CPMF. Então veja, tudo tem que compensar, [mas] o Estado tem pouca margem para fazer compensações. Se cortar a alíquota do imposto sobre o combustível, nós vamos ter que compensar criando imposto sobre qual área? Sobre qual produto?", questionou o secretário.

Gallo explicou que o problema do aumento dos combustíveis está na política de preços da própria Petrobras. Segundo ele, a petroleira aumenta os preços de acordo com a variação do dólar e da cotação do petróleo no mercado externo.

Enquanto a Petrobras faz aumentos sucessivos no preço, a tributação do ICMS continua exatamente a mesma em todos os estados. Diante disso, mexer no imposto não deverá se traduzir em contenção dos preços do combustível.

"Não vai mudar os aumentos sucessivos na bomba se não houver um controle de previsibilidade na política de preços", concluiu.



Vander Masson assumiu a prefeitura de Tangará da Serra dando prioridade para a água e a saúde, setores carentes de atenção

## GESTÃO INTEGRADA

## Masson priorizará saúde e água de Tangará da Serra

Eufrasio Lira

Tangará da Serra, no sudoeste mato-grossense, conta com novos executivos. Vander Alberto Masson (PSDB) e Marcos Scolari (PTB), são respectivamente prefeito e vice-prefeito para o presente mandato. Entre as prioridades à frente do Executivo Municipal, prefeito e vice destacam atenção especial para a água e a saúde, setores carentes e que necessitam de mais investimento público, sendo o abastecimento de água de maneira emergencial e o de saúde de forma definitiva.

Para resolver os problemas de abastecimento de água, a nova gestão implantará políticas de curto prazo, com a abertura de novos poços artesianos em locais estratégicos da cidade, captação de água dos córregos Russo e Estaca, e, por fim,

a captação de água do Rio Sepotuba.

"A água está sendo e será um dos nossos maiores desafios e que iremos priorizar para resolver esse problema de uma vez por todas; da saúde pública, ainda mais nessa época de pandemia do coronavírus, vamos trabalhar com responsabilidade e a nossa meta é implantar aqui em Tangará o Hospital Regional", explica.

A gestão Vander Masson tem buscado fortalecer as relações com o Governo do Estado para a implantação do Hospital Regional. Essa é uma das prioridades do Governo Municipal e ainda no primeiro semestre haverá novidades em relação a isso.

**SECRETÁRIOS** – Masson montou sua equipe de governo com foco na capacidade técnica de cada um. Todos os secretários receberam das mãos do prefei-

to uma cartilha com as metas dos primeiros 100 dias de governo, as quais devem ser cumpridas para atender os anseios da população. "Fomos eleitos com propostas contundentes e o que a população espera agora é que a gente coloque essas propostas em prática", destacou o prefeito.

Vander agradeceu a confiança da população e garantiu que irá trabalhar dobrado para atender os anseios "desta população que precisa do calor humano e espero, todavia, a atenção de todos, desde os mais simples servidores, empresários, demais poderes Legislativo e Judiciário até a curul presidencial".

Quanto ao resultado das urnas, Vander acrescentou que é fruto de uma trajetória de vida e esperança de um povo que clama pelo progresso socioeconômico das famílias e dos municípios.

Assessoria de Imprensa

## DOENÇAS RARAS

Isenção de aposentados com doenças raras vai atingir valores até o teto do INSS de pode começar a valer já na folha salarial de março

# Governo fecha acordo para isenção

Diogo Palomares / Assessoria



## Da redação

A equipe econômica do governo estadual fechou os termos do projeto de lei que irá isentar da contribuição previdenciária de 14% os aposentados e pensionistas com doenças raras, como hemofilia. O anúncio foi feito nesta sexta-feira (26), após reunião com o presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB), e deputados que compõem a comissão especial que irá tratar das regras da Previdência estadual.

O governo pretende isentar da contribuição previdenciária os portadores de doenças raras que recebem até o teto do INSS, hoje em R\$ 6,4 mil. Aposentados e pensionistas que recebem acima do teto do INSS irão pagar a alíquota de 14% somente sobre os valores acima da faixa de isenção. A expectativa é de que cerca de 658 servidores inativos sejam beneficiados pela medida.

“Se o servidor com doença rara recebe 10 mil reais, até 6.100 mil reais será isento de contribuição. O desconto será feito sobre os outros 4 mil. Assim, todos se beneficiarão da lei. O mesmo vale para todas as faixas salariais”, explicou o deputado Eduardo Botelho (DEM), que preside a comissão especial.

Em conversa com jornalistas, o presidente da Assembleia reve-

lou que o projeto de lei irá tramitar em regime de urgência urgentíssima, assim que chegar na Casa. Russi revelou que os deputados pensam até mesmo em fazer uma sessão remota para votar a matéria, já que a Casa de Leis está fechada por 12 dias devido a um surto de covid-19 e o projeto deve ficar pronto antes disso.

“Não está descartada a possibilidade de fazer uma sessão remota assim que o projeto de lei for enviado à Assembleia. Queremos apreciar em primeira e segunda votação e já enviar para sanção do governador, para que o fim do desconto já apareça na folha de março”, explicou Russi.

A isenção dos aposentados com doenças raras foi um pedido da base governista, feito após a manutenção do veto do governador



Reunião com deputados selou acordo para aprovação do projeto de lei que irá isentar aposentados com doenças raras

ao PLC 36, que buscava isentar todos os inativos que recebem até o teto

do INSS. Cálculos preliminares apontam que a medida deverá custar

cerca entre R\$ 5 e R\$ 10 milhões por ano aos cofres públicos.

## DANÇA DAS CADEIRAS

## Romoaldo torce por vaga no TCE para entrar na AL

## Da redação

Romoaldo Jr (MDB) voltou a assumir uma vaga na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Ele entra no lugar do deputado Thiago Silva (MDB), que ficará afastado por 120 dias. A troca foi oficializada na última quarta-feira (24), em sessão extraordinária convocada pelo presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (PSB).

O afastamento de Thiago cumpre uma ro-

tina de rodízio entre eleitos e suplentes do MDB. Contudo, há também um motivo médico: o deputado já foi infectado duas vezes pelo novo coronavírus e quer fazer uma nova bateria de exames.

“Ele passou por uma reinfeção e essa situação do Valdir [Barranco (PT)] assustou. Todo mundo que já pegou covid está preocupado. As sequelas dessa doença são muito perigosas e o Thiago está preocupado e resolveu tirar um tempo fazer

uns exames, check-up, ver se não ficou sequela nenhuma”, detalhou Romoaldo, em conversa com jornalistas.

Romoaldo esteve na legislatura passada e ficou em 16º lugar nas eleições de 2018, conquistando a primeira suplência da coligação que contava com DEM, PDT, PSC, PHS, PSD, PMB, além do MDB.

Ele espera que um dos titulares da coligação seja indicado para uma vaga no Tribunal de Contas

do Estado (TCE-MT) até abril, para poder assumir definitivamente a cadeira na Assembleia.

“Os deputados Sebastião Rezende [PSC], Dilmar Dal Bosco [DEM], Allan Kardec [PDT] e o próprio [Eduardo] Botelho [DEM] sinalizaram poder ir. Um dos nove deputados indo, eu sou efetivado. A vaga vai sair até abril, sou otimista”, disse.

Essa vaga pode ser aberta com a aposentadoria de Waldir Teis, cujo

processo está travado devido a investigações da Procuradoria-Geral da República. Em junho de 2020, o conselheiro foi flagrado tentando descartar cheques durante uma ‘batida’ da Polícia Federal em sua casa, no âmbito da Operação Gerion, 17ª fase da Ararath.

Outra oportunidade para Romoaldo assumir uma cadeira na Assembleia seria a indicação de Thiago Silva para a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

Contudo, o emedebista já descartou essa possibilidade.

“Ele vai continuar fazendo o trabalho dele como parlamentar e não quer ir para a secretaria. Quando tiver uma reunião da Executiva, nós vamos decidir o que faremos com a vaga [de secretário]. Nós fizemos 23 prefeitos, somos quatro deputados e o governador tem interesse, pois é um partido importantíssimo para 2022”, pontuou.

## TRÊS ANOS DEPOIS...

## Novelli e Joaquim desabafam na primeira sessão de volta ao TCE

## Da redação

Após mais de três anos de afastamento, os conselheiros Antonio Joaquim e José Carlos Novelli participaram de uma sessão do Pleno do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT). A sessão da última terça-feira (23) foi marcada pelos comentários dos dois sobre seus processos e a ‘emoção’ do retorno ao cargo.

Novelli citou a Bíblia e disse que a Polícia Federal teve tempo suficiente para investigar, mas agora o caso agora será arquivado. Ele afirmou que existe jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) de que inquéritos com mais de dois anos sem denúncia devem ser arquivados.

“Quero agradecer a Deus, acima de tudo. Tem uma passagem no Evangelho em que Jesus está na barca com os apóstolos e tem uma tempestade. Naquele momento, Jesus fala assim: ‘Coragem, não tenhais medo, eu estou aqui’. E eu, nesse período todo, dessa ausência minha do Tribunal de Contas, eu não olhei em momento algum para a tempestade. Meus olhos ficaram focados em Jesus”, falou Novelli.

Novelli também disse que as acusações que lhe foram imputadas pelo ex-governador Silval Barbosa são inve-



Joaquim e Novelli participaram da primeira sessão na última terça-feira (23), após três anos afastados

ridicas. Ele lembrou que foi responsável por criar uma comissão para fiscalizar as obras de Copa, que tinha ele como presidente e mais dois engenheiros do Ministério Público de Contas (MPC).

Já o conselheiro Antonio Joaquim disse que está com um sentimento de alívio e revolta ao mesmo tempo, dizendo que ficou afastado de suas funções por mais de três anos por ser vítima de uma trama maldosa.

“Ao longo desses mais de três anos de afastamento, fui vítima de uma rancorosa e maldosa trama. Tenho essa

convicção a meu respeito. Digo e repito: não cometi nenhum crime, nenhuma ilegalidade, sou absolutamente inocente”, afirmou.

Antonio Joaquim ainda disse que foi vítima tanto de Silval Barbosa, por ter apresentado 12 relatórios reprovando obras da Copa, quanto do ex-governador Pedro Taques.

“De forma rasteira e covarde eles aproveitaram a questionada citação de meu nome nessa delação para perpetrar aquilo que o próprio Taques falava em ambientes festivos e públicos, que eu jamais seria candidato”, disse.

## DRIBLE NA UNIÃO

## AL aprova projeto para concessão de ferrovias

## Gabriel Soares

Se depender apenas da vontade política, a expansão da ferrovia até o Médio-Norte de Mato Grosso, passando por Cuiabá, está garantida. Na última terça-feira (23), os deputados estaduais aprovaram, por unanimidade, o projeto de lei complementar 10/2021, que regulamenta o processo de concessão e autorização para o Sistema Ferroviário Estadual (SFE). É a terceira matéria sobre o assunto que os deputados aprovam por unanimidade.

O novo PLC foi encaminhado pelo Executivo em substituição a outro projeto, do deputado Eduardo Botelho (DEM), que acabou sendo vetado por vício de iniciativa. Antes deles, foi feita também uma emenda à Constituição Estadual para criar o sistema ferroviário.

Na prática, os três projetos buscam eliminar a burocracia federal para expansão da Ferrovia Vicente Vuolo, a Ferrovia do Norte. A ideia é permitir que o governo estadual autorize o início das obras, por meio de concessão ou mera autorização.

Em maio de 2020, a Rumo assinou a renovação da concessão da Malha Paulista, apresentando como contrapartida a expansão da Ferro-

norte até Lucas do Rio Verde (332 km de Cuiabá), um investimento estimado em cerca de R\$ 5 bilhões. Só que apesar de ter o contrato garantido, a empresa ainda depende da aprovação de projetos e emissão de licenças por parte do governo federal, o que pode ficar emperrado na máquina burocrática de Brasília.

Com as alterações legislativas, o governo do Estado busca tomar para si a competência para permitir a expansão da ferrovia. O entendimento é que no trecho que o Estado tem prerrogativa para fazer a concessão, ou autorização, no trecho da ferrovia que está dentro de Mato Grosso. Como a expansão se dará de Rondonópolis até Lucas do Rio Verde, isso compreenderia a totalidade do projeto.

“A iniciativa privada poderá receber delegação do Estado de Mato Grosso para construir e/ou operar ferrovia, desde que preservada a qualidade e eficiência da prestação dos serviços à população mato-grossense”, diz a justificativa do projeto.

A tendência é que o Estado libere a expansão da Ferrovia norte mediante autorização, já que essa modalidade repassa os riscos do investimento à iniciativa privada, além de ‘aliviar’ a demanda de projetos por parte do governo.

## ESTADO EM ALERTA

Estudo científico aponta presença da cepa inglesa do novo coronavírus, mais infecciosa do que a original, em Cuiabá e Primavera do Leste

## Variante britânica circula em MT

Acácio Pinheiro/Agência Brasília



## Da redação

Dois casos da variante inglesa do novo coronavírus estão sendo investigados em Mato Grosso pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O estudo divulgado na última quinta-feira (25) aponta que um caso é de Cuiabá e outro de Primavera do Leste. A nova cepa é conhecida cientificamente como B.1.1.7. Até o momento, não há evidências sobre o aumento da letalidade desta variante.

O estudo está sendo desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com a Rede Corona-Ômica, incluindo a parceria na análise com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Hermes Pardini. Os pesquisadores sequenciaram 25 genomas pertencentes à variante viral inglesa, analisando mais de 740 mil exames.

Sem uma certeza sobre a letalidade da nova

cepa, o epidemiologista e secretário adjunto de Vigilância e Atenção à Saúde da SES-MT, Juliano Melo, declarou que a preocupação é acerca da transmissão do vírus que pode aumentar em Mato Grosso.

“Essa variante foi inicialmente identificada na Inglaterra e, desde novembro, já afetou cerca de 50 países. Cada linhagem do vírus apresenta mutações internas e esse é o comportamento natural do vírus. O que preocupa é que essa linhagem da B.1.1.7. tem um potencial maior de transmissão, sendo em torno de 50% mais transmissível do que as linhagens anteriores”, explicou o gestor.

Além de Cuiabá e Primavera do Leste, a variante do Reino Unido foi identificada nos estados de Minas Gerais (Belo Horizonte, Betim, Araxá e Barbacena), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, e Campos dos Goytacazes), Paraná (Curitiba), Mato Grosso (Cuiabá), Sergipe (Aracaju), São Paulo (São Paulo, Americana, Santos e Valinhos), Bahia (São Sebastião do Passe) e Espírito Santo (Barra do São Francisco).

**CUIDADOS REDOBRADOS** - Com a proliferação das novas variantes do novo coronavírus, a população deve continuar seguindo



Pesquisa analisou mais de 740 mil exames e encontrou variante inglesa em duas cidades de MT

e reforçando as instruções de biossegurança e distanciamento social no dia a dia.

O aumento do número de casos no estado levou o governo a abrir mais 60 novos leitos públicos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva) nos últimos 15 dias. Os leitos foram distribuídos em cidades-polo: Alta Floresta, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Primavera do Leste.

Em Cuiabá, o Hospital Estadual Santa Casa receberá a ampliação de 20 leitos de UTI, enquanto em Sinop, 10 leitos serão reativados no Hospital Regional.

## VOLTA ÀS AULAS

## Rede privada diz estar preparada

## Da redação

Com expectativa de retorno das aulas no modelo híbrido, as escolas particulares de Cuiabá dizem estar preparadas para receber os alunos. Com a pandemia causada pelo novo coronavírus, as aulas presenciais foram suspensas em abril do ano passado e devem retornar nesta segunda-feira, 1º de março, na capital.

“A expectativa dos alunos, das famílias e dos trabalhadores da educação da rede particular de ensino, está muito boa. Estamos todos muito ansiosos para este retorno que é muito aguardado por todos. As unidades elaboraram seus protocolos de biossegurança, com base nas recomendações da Organização Mundial da Saúde, investiram em tecnologia e estão preparadas para este retorno”, garantiu Gelson Menegatti, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Mato Grosso (Sinepe-MT).

A liberação para retomada das aulas no sistema híbrido em Cuiabá foi anunciada no dia 25 de janeiro pelo prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). No caso da Educação Infantil (de 0 a 5 anos e 11 meses), especificamente, o decreto autoriza o retorno 100% presencial, desde que seja também respeitada a limitação de 50% da capacidade de cada sala. Os ensinos técnico e

profissionalizante também estão autorizados a retornarem no sistema híbrido.

Ailton Bordin, diretor da Escola Futura, defendeu que toda a classe tem se preparado para o retorno. Segundo ele, a unidade adquiriu tecnologias, organizou as salas com o distanciamento indicado e instalou piaas para higienização das mãos. O diretor explica que não haverá aulas práticas de Educação Física e nem intervalos como em tempos normais. A escola também diz que adquiriu termômetros para aferição da temperatura dos alunos e álcool em gel 70%.

As aulas de Educação Física, neste momento, serão ministradas com conteúdo teórico, nas salas de aula mesmo.

De acordo com o diretor, a unidade tem 140 alunos matriculados e atende crianças do pré ao 9º ano. Ailton explica como irá funcionar a aula híbrida, dando exemplo de uma sala com 16 alunos. “Virão 8 alunos em um dia e os outros 8 no dia seguinte. Só por aí você já imagina como o distanciamento será cumprido. Além disso, teremos uma hora a menos de aula, por conta que não terá intervalo. Então a escola abrirá mais cedo para que um aluno de cada vez entre em sala”, conta ele.

Segundo Ailton, ao chegarem à escola, as crianças terão a temperatura aferida, farão a

higienização das mãos, as mochilas serão limpas com álcool 70% e encaminhadas diretamente para a sala de aula, permanecendo em suas carteiras, já espalhadas de forma que mantenham o distanciamento exigido.

Neste novo cenário, nenhum aluno será obrigado a ir para a escola no momento e as aulas continuarão disponíveis no modo online.

Menegatti afirma todas as unidades investiram em equipamentos para seguir os protocolos de segurança. Ele pede que os pais e sociedade em geral confie na classe para retomada das aulas no modo presencial.

**OUTRO LADO** - Ao Estadão Mato Grosso, a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Educação informou que não há nenhuma mudança prevista na autorização de retorno às aulas. A reportagem procurou a pasta após a secretária Municipal de Saúde, Ozenira Félix, afirmar à imprensa que a decisão de retomada das aulas precisaria ser revista, com base nas taxas de infecção e na ocupação de leitos de UTI.

Uma reunião com os membros do Comitê de Combate à Covid-19 para avaliar o atual cenário da pandemia na capital e os riscos de liberar o sistema híbrido nas unidades privadas acontecerá nesta sexta-feira (26), mas até o fechamento desta matéria nenhuma decisão foi divulgada.

## RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

## Após intervenções, volume de água aumenta na Baía

## Da redação

Após obras e serviços realizados na baía de Chacororé, em Barão de Melgaço (113 km de Cuiabá), a planície voltou a ficar alagada. A seca que atingia a baía deu espaço à água, que voltou a fluir e aumentou substancialmente a área alagada.

A chuva nos últimos dias, somada à força-tarefa realizada pelo governo de Mato Grosso, por meio das secretarias de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra) e de Meio Ambiente (Sema), contribuiu para as boas notícias.

Foram executadas obras emergenciais de limpeza, desobstrução e retirada dos aterros nos principais canais, corixos e pontes de madeira, presentes na estrada municipal do Estirão Cumprido. Eles estão localizados entre o rio Cuiabá e a baía de Cha-

cororé e a nordeste da baía, regiões que têm influência na alteração da dinâmica hídrica superficial e subsuperficial e, consequentemente, na diminuição volumétrica das águas na Baía de Chacororé.

O canal conhecido como “a Boca da Baía de Chacororé”, que leva a água do rio Cuiabá direto à baía, também foi alvo de intervenções do governo. O canal que antes estava obstruído com terra e matérias orgânicas, que impediam o curso d’água, foi completamente limpo e agora é possível a transposição das águas do rio à baía.

“Ficamos surpresos ao chegar aqui na baía e ver que o fluxo de água já aumentou em tão pouco tempo. A baía está mais cheia. A chuva que se intensificou nos últimos dias contribuiu, mas com certeza as obras auxiliaram muito

nesso processo da retomada da área alagada que a baía está vivendo”, disse a superintendente Ambiental de Obras da Sinfra, Nadja Felfili.

Além do canal e dos corixos, a retirada das estruturas de aterros e desvios que foram feitos na rodovia municipal, quando da instalação de pontes de madeira pela prefeitura – e que não foram removidos com o término das obras das pontes –, também está auxiliando nesse processo de retomada do fluxo da água em direção à baía.

Com o fim dos aterros, os veículos terão de passar somente pelas pontes de madeira e não mais pelo desvio, o que garante área livre para a passagem de água por baixo da ponte. Ao todo, 13 pontos receberam as intervenções da Sinfra, com o acompanhamento da Sema, além da rodovia MT-040.

(Com Assessoria)

## ALERTA

## Casos de malária crescem em áreas de garimpo em MT

## Da redação

O aumento de casos de malária em áreas de garimpo em Mato Grosso acendeu um alerta para os municípios. Foi registrado o crescimento de 306% de casos da doença em um comparativo feito entre janeiro e fevereiro de 2020 (234 casos), com o mesmo período de 2021 (717 casos).

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), por meio da Vigilância Epidemiológica Estadual, emitiu alerta aos municípios. A malária é uma doença de notificação obrigatória ao estado, que é diagnosticada e tratada inicialmente pela Atenção Primária dos municípios.

De acordo com os dados oficiais, em 2021, houve o registro de um óbito pelo muni-

cípio de Várzea Grande, porém a origem da provável infecção se deu no município de Pontes e Lacerda.

“Alertamos os profissionais de saúde para redobrem a atenção no diagnóstico e tratamento da malária, dando atenção aos casos suspeitos oriundos de áreas de garimpo e na probabilidade de uma coinfeção com a covid-19”, destaca Alessandra de Moraes,

superintendente de Vigilância Epidemiológica da SES-MT.

A malária é uma doença infecciosa febril aguda e transmitida pela picada do mosquito Anopheles. Os sintomas são: febre, calafrios, cefaleia, sudorese, mialgia, náuseas e vômitos.

Os sinais de malária grave e complicada são: temperatura de 41 graus, convulsão, vômitos repetidos, dispneia,

anemia intensa, hemorragias e alterações de consciência. O diagnóstico precoce e o tratamento correto evitam o agravamento do quadro de saúde e o óbito pela doença.

Os medicamentos utilizados para o tratamento da doença são fornecidos aos 16 Escritórios Regionais de Saúde (ERS) da SES, que realizam a distribuição aos municípios de abrangência territorial.

**PAGANDO PARA TRABALHAR**

Aumentos constantes nos preços dos combustíveis forçam os motoristas de aplicativos a desistir da atividade em Mato Grosso

# Motoristas abandonam seus postos

Gilberto Leite

**Da redação**

Trabalhar com aplicativo de transporte urbano está deixando de ser vantajoso em Mato Grosso. Nos últimos meses, os gastos com manutenção e combustível transformaram os míni-guados lucros da atividade em prejuízos para uma parcela dos motoristas. Em 2021, cerca de 8% desses trabalhadores desistiram da atividade em Mato Grosso, devido à incidência dessas altas. O preço dos combustíveis é apontado como o grande vilão.

Os efeitos das altas dos combustíveis trazem um peso maior de inflação no bolso dos motoristas de aplicativos. Com o preço do etanol variando entre R\$ 3,27 e R\$ 3,59, ao longo desta última semana de fevereiro, mais motoristas

de aplicativo desistiram de rodar. De acordo com Cleber Cardoso, presidente da Associação dos Motoristas de Aplicativo (AMA-MT), cerca de 8% dos 380 associados abandonaram a atividade desde o início do ano.

“Hoje o nosso maior vilão é o combustível. Por exemplo, para um carro 1.0 gastamos uma média de R\$ 1.300 mensais com combustível. No caso de carro próprio, ainda temos que tirar a renda da família. Se alugado, acrescenta mais um custo”, explica.

Cleber também lembra que, ao chegar no Brasil, as plataformas de aplicativos de transportes vieram com a proposta de ser um “extra” para os colaboradores. “Porém, hoje, só em Cuiabá e Várzea Grande, cerca de 5 mil motoristas sobrevivem, ou sobreviviam, apenas da renda desses aplicativos”, destaca.

Para chegar à conclusão se está valendo a pena ou não continuar atuando, os motoristas tentam fazer caber os custos gerados pela atividade dentro da pequena comissão paga pelas

plataformas, cujas tarifas não acompanharam os aumentos.

“Tudo subiu. O combustível aumentou, mas a tarifa para o motorista não. Muito pelo contrário, ela diminuiu. A começar pelas brigas entra as plataformas [competição de preços], que no final quem está pagando essa conta são os motoristas”, afirma Cleber.

Após quase sete anos de atividade no mercado brasileiro, os colaboradores das plataformas de serviços de transporte privado urbano já conseguiram desenvolver uma fórmula para calcular o custo-benefício. Na conta, os gastos mensais que mais pesam são manutenção do óleo do motor e combustível.

“Em Cuiabá, colocando na ponta da caneta, se no final do dia você não tiver para receber o mínimo de 8 reais por viagem, não está compensando rodar. Então é a hora que o motorista desiste, porque sem isso ele não consegue tirar o custo do combustível e levar alguma coisa para casa. O melhor é guardar o carro e ir para outra atividade”.



Alta dos combustíveis ‘come’ o pouco lucro e força motoristas de aplicativo a abandonarem seus postos

## ‘Casa Verde e Amarela’ em risco

**Da redação**

O aumento no custo dos insumos da construção civil e das incertezas econômicas já compromete os números do programa Casa Verde e Amarela, do governo federal. Sondagem realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com o apoio da CBIC, aponta que os empresários que atualmente ficaram em desvantagem.

O programa Casa Verde e Amarela foi o segmento mais afetado pelos aumentos, já que suas margens são menores e há um teto para contratação.

“Apesar de ter o subsídio do governo para o comprador, a empresa não vai conseguir construir naquele preço e terá que reajustar o valor do imóvel e a consequência

é um aumento de preços para o consumidor final”, detalha Marco.

A queda dos resultados já é perceptível. O programa do governo representou 47,1% do total de lançamentos no 4º trimestre de 2020. Sobre o total de vendas, essa participação foi de 48,6%. No 3º trimestre de 2020, a representatividade foi de 54,7% e 53,0%, respectivamente, aponta o estudo da entidade.

**RESULTADOS** - Conforme a sondagem feita pela Cbic, no comparativo de lançamentos entre 2020 (151.782 unidades) e 2019 (184.761 unidades), houve queda geral de 17,8%. Na contramão do país, a região Centro-Oeste teve mais lançamentos, com 3.015 unidades a mais ou 24,7% mais lançamentos em 2020.

Em todo o país, as vendas apresentaram aumento de 3,9% no 4º trimestre de 2020, na comparação com o trimestre anterior. No acumulado do ano, houve aumento de 9,8% (16.955 unidades) no número de unidades vendidas em 2020 ante 2019.

O estudo Indicadores Imobiliários Nacionais do 4º trimestre de 2020 foi realizado pela CBIC e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai Nacional), em parceria com a Brain Inteligência Estratégica. Para formulação foram coletadas informações de 150 municípios, sendo 20 capitais brasileiras, incluindo Cuiabá. As cidades foram analisadas individualmente ou dentro das respectivas regiões metropolitanas.

## Empresas migram para venda de lotes

**Da redação**

Enquanto as empresas refazem os projetos dos novos empreendimentos, outro segmento começa a ganhar espaço no mercado. Os loteamentos residenciais viraram a nova aposta do setor em Mato Grosso.

Diferente da entrega de um imóvel pronto, a construtora responsável pela área loteada não arca com os custos da obra, que ficam a cargo do comprador. Por isso, os planos de

lançamento de lotes residenciais não deverão ser paralisados, segundo Marco Pessoz, presidente do Sindicato da Habitação de Mato Grosso (Secovi-MT).

“A dinâmica do mercado é bem variada e, no momento, as empresas que trabalham com loteamentos estão crescendo. Percebe-se uma forte demanda e vendas, o que vai na contramão do outro segmento [imóvel pronto]. Ela vai simplesmente vender o lote”, avalia.

Investir na compra de uma área para construção pode ser um bom negócio se o consumidor ficar atento aos processos.

“É importante que a pessoa interessada busque informações sobre o loteamento, analise as documentações, saiba se tem registro em cartório, busque tirar as dúvidas na prefeitura, no Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci), para não comprar qualquer coisa que possa gerar problemas futuros”, alerta Marco.

## APLICATIVO DE CORRIDA

# Manifestantes participaram de uma paralisação

**Da redação**

Insatisfeitos com o retorno financeiro, um grupo de quase 250 motoristas de aplicativo que atuam em Cuiabá paralisaram as atividades em protesto contra o novo serviço criado pelas empresas. Trata-se de um produto promocional, que oferece corridas mais baratas nos períodos com menor demanda de passageiros. A mobilização, realizada na última terça-feira (23) também ocorreu em outras cidades brasileiras, como Porto Alegre (RS) e Uberaba (MG).

Para um motorista de aplicativo que já ganha menos de 50% do valor da corrida realizada, a chegada do novo produto promocional no mercado aumentou as queixas da categoria. “A taxa paga aqui em Mato Grosso é a menor do Brasil. Com a promoção, recebemos em viagens um mínimo de dois reais e quarenta e cinco centavos (R\$ 2,45), sendo que a tarifa mínima em outros estados é em média seis reais”,

aponta Flávio Mesquita Munhoz da Silva, presidente da Associação dos Motoristas de Aplicativo - Guerreiros (Amag-MT).

Segundo os organizadores da ação de ontem (23), cerca de 250 trabalhadores foram até a unidade de atendimento da empresa Uber, em Cuiabá, para levar a reclamação. A intenção era expor a insatisfação com os valores recebidos pelos motoristas. “Estamos aqui na frente, só que eles colocaram seguranças na porta e falaram que não tem ninguém para nos atender; mas sabemos que tem”, relatou Flávio.

Queixas relacionadas ao modelo de trabalho criado por empresas como a Uber têm reunido grupos de motoristas em protestos por melhorias. Sem direitos trabalhistas e considerados autônomos, os motoristas tentam conquistar melhores condições para a atividade.

Em agosto do ano passado, a Uber lançou no país a categoria Uber Promo aos parceiros do UberX. Logo em seguida

a 99, empresa do mesmo ramo de atuação, também criou a 99Poupa, com a mesma proposta da concorrente.

“Essa taxa promocional é ótima para os passageiros, mas prejudica o motorista, por isso queremos um aumento dessa

margem para no mínimo seis reais”, reclama Flávio, que também atua no ramo.

Em simulação de uma corrida entre os bairros Tijucal e Quilombo, na capital, a taxa promocional para o consumidor sai quase 15% mais bar-

ta que a corrida comum. Nesse exemplo, enquanto o trajeto na modalidade UberX custaria R\$ 13,78, na promocional o passageiro pagaria R\$ 11,71. A opção promocional surge nos períodos de baixa demanda desses aplicativos.

Ao anunciar a modalidade, a empresa Uber disse que uma das propostas era a de evitar aglomerações em horários de alta demanda das corridas, com preços mais camaradas aos usuários que solicitarem o serviço nesses períodos.

## O BURACO É MAIS EMBAIXO

Os motoristas de aplicativo também querem que as empresas façam atualizações das taxas pagas aos motoristas. De acordo com o presidente da Associação dos Motoristas de Aplicativo de Mato Grosso (AMA-MT), Cleber Cardoso, há cinco anos os trabalhadores não têm reajustes. “Tudo aumentou, combustível, manutenção do carro, pneu, mas continuamos ganhando o mesmo valor por trecho rodado. Para você ter uma ideia, numa corrida de 26 reais, recebemos apenas 12 reais”, afirma Cardoso.

Projetos de melhorias já entraram na pauta de projetos do Congresso Nacional. Um deles é o Projeto de Lei 4172/2020, de autoria do deputado federal Henrique Fontana (PT-RS), que pretende regulamentar as relações trabalhistas entre as plataformas de aplicativo e trabalhadores. Caso o texto seja aprovado, a categoria conquistará direitos e obrigações semelhantes ao sistema trabalhista do país.

“Trabalhamos junto as esferas municipal, estadual e federal para melhorar as condições para

o motorista e diminuir o apetite dessas empresas por lucros. Defendemos a adaptação do modelo que foi adotado na Califórnia (EUA) para o Brasil, pois a legislação trabalhista do nosso país é desleal. A ideia, em resumo, é que as plataformas respeitem o motorista. Por exemplo, se ele trabalhar no mínimo de oito horas diárias, independente do que faturar, receba um salário mínimo no mês”, sugere Cleber.

A batalha contra as plataformas de aplicativo é complexa. O sistema das empresas destoa das

legislações trabalhistas dos países em que atuam e dá início de desgastes. Neste mês, as empresas de aplicativo sofreram mais uma derrota. A Suprema Corte do Reino Unido decidiu que os motoristas do Uber têm direitos trabalhistas e não são apenas colaboradores da empresa.

**OUTRO LADO** - Até o fechamento desta matéria a Uber não respondeu à demanda encaminhada pela nossa equipe de reportagem sobre a paralisação dos motoristas.

## INDÚSTRIA

Com oferta reduzida de animais, os abatedouros de Mato Grosso estão praticamente vazios e com escalas diárias bem aquém para o período

# Frigoríficos avaliam importação

Bruno Cecim/ Ag. Pará



Da redação

A indústria frigorífica de Mato Grosso busca alternativas para reverter a crise causada pela falta de animais para o abate. A importação de gado vivo de outros países é uma das opções que, neste momento, é analisada pela entidade que representa o setor no estado. Resultados de janeiro acionaram o alerta, após a ociosidade das plantas frigoríficas aumentar pela quarta vez consecutiva e as indústrias, ainda em operação, utilizarem apenas 45,03% da sua capacidade. Com essa taxa, o estado atinge seu menor patamar desde maio de 2018, quando o Brasil enfrentava a greve dos caminhoneiros.

Os dados são do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea). “A ociosidade da indústria do estado já atinge níveis críticos e a saída de animais vivos [para outros estados] continua a agravar esta situação”, alerta Tadeu Paulo Bellincanta, presidente do Sindicato das Indústrias de Frigoríficos do Estado de Mato Grosso (Sindifrijo).

A saída de animais vivos para abate em frigoríficos fora do estado ocorre, segundo Bellincanta, em razão a diferença tributária na comercialização entre os estados. Atualmente a diferença de custo na produção chega a 10%, já considerados tributos e logística.

Entretanto, a preocupação maior da entidade está no termômetro que sinaliza se a indústria frigorífica vai bem. Sem ter matéria-prima, os abatedouros estão praticamente vazios e com escalas diárias bem aquém para o período. Nos últimos dias, situação não tem dado sinais de melhora.

“Com a oferta restrita de animais no estado, o consumo no mercado interno ainda tímido e o mercado externo mantendo as exportações abaixo do esperado no comparativo anual, a expectativa é que este cenário de baixa utilização industrial se estenda em fevereiro deste ano”, antecipa os analistas do Imea.

A previsão é fundamentada em resultados recentes. Na penúltima semana de fevereiro de 2020, os frigoríficos do estado trabalhavam com uma escala de abates média de 7,31 dias, cenário bem diferente ao deste ano em que as indústrias têm estoques só para 4,40 dias de trabalho. A diferença quase chega a três dias (2,91).

Com relação às operações, em janeiro, o setor em Mato Grosso estava com 93% das plantas frigoríficas funcionan-

do, porém com utilização total reduzida em 1,69 pontos percentuais (p.p.), ante dezembro de 2020. Quando o desempenho é comparado com janeiro do ano passado, a queda é de 12,34 p.p. em que as indústrias usavam 57,37% de suas estruturas.

**ALTERNATIVAS** - As dificuldades para manter as atividades atingem o setor em todo o país. Nos últimos dias, para se sustentar no mercado, entidades que representam o setor buscam saídas alternativas dessa crise.

Uma dessas foi adotada pelo Sindicato das Indústrias de Frios, Carnes e Derivados de Mato Grosso do Sul (SICADEMS). A entidade levou ao Ministério da Agricultura (Mapa) um pedido de autorização para importação de gado vivo do Paraguai. A demanda chegou ao ministério no início deste mês e essa mesma ação não é descartada pelo sindicato representante do setor em Mato Grosso.

“Não estamos longe da volta do que já ocorreu há alguns anos, quando mais de dez plantas pararam suas atividades. Diante desta realidade, qualquer opção que possa minimizar a situação precisa ser avaliada pelo setor”, alertou Bellincanta.

O encaminhamento do pedido para importação pelo setor em Mato Grosso já está na pauta das decisões da entidade. “Ainda não solicitamos, mas o assunto está na pauta e ainda sob avaliação”, afirmou o presidente do Sindifrijo.



A ociosidade da indústria já atinge níveis críticos e a saída de animais vivos para outros estados deve agravar situação

## CONFIANÇA EM ALTA

### Indústria é positiva em razão do aumento da demanda

Da redação

As incertezas e dificuldades ocasionadas pela covid-19 derrubaram os investimentos da indústria de Mato Grosso em 2020. Apenas 43% das empresas realizaram investimentos. Entretanto, a expectativa é que esse cenário mude ao longo deste ano, com a maioria do setor planejando ampliar a produção, introduzir novos produtos no mercado e, principalmente, contratar mais trabalhadores para dar conta do aumento da demanda. Os dados foram revelados pelo Observatório da Indústria, da Federação das Indústrias em Mato Grosso (Fiemt).

“A sondagem industrial de janeiro ainda mostra que a nossa indústria segue tendo dificuldades com constante falta de matérias-primas – como o aço, cobre, vidro, embalagens, ferro e fibras. Revelou também que o empresário industrial mato-grossense foi cauteloso com relação a novos investimentos, fazendo apenas aportes moderados para melhorar o seu processo produtivo”, apontou Mauro Santos, superintendente da Fiemt.

Apesar dessa cautela, a pesquisa mostra

mais otimismo entre os industriários. Depois de um ano de planos frustrados pela pandemia, cerca de 68% das empresas têm intenção de fazer novos investimentos em 2021.

“Em 2020, 57% das indústrias de Mato Grosso não investiram, principalmente por causa do coronavírus. Das 43% que realizaram investimentos, os recursos foram aplicados na aquisição de novos equipamentos, manutenção das construções, modernização e aquisição de novos materiais e manutenção dos equipamentos”, detalha Mauro Santos.

Os empresários que aplicaram capital em seus negócios precisaram tirar dinheiro do próprio bolso. Apesar de o governo federal ter criado condições para linhas de crédito especial no período da pandemia e as instituições financeiras terem adiado pagamentos de dívidas, o acesso aos recursos não foi fácil. E a grande maioria dos empresários de Mato Grosso não recorreu a essas linhas de crédito.

“A pesquisa mostra que a principal origem dos investimentos teve como fonte recursos próprios, quase 70%. Foram poucos que to-

maram crédito junto ao mercado financeiro, menos de 30%”, ressalta o superintendente da Fiemt.

A restrição do acesso ao crédito também foi uma das barreiras que impediu que 57% da indústria mato-grossense fizessem investimentos. “As empresas que relataram ter dificuldades para investir apontaram como motivos o aumento inesperado no custo de investimento – custo mais alto do crédito –, dificuldade de obtenção de mão de obra e de acesso ao crédito”, pontua.

Ainda é esperada uma recuperação lenta da indústria em 2021. Mas o aumento das empresas com planos de investimento sinaliza para a abertura de vagas de trabalho no setor e, consequentemente, aumento do consumo.

“A expectativa das industriais é positiva em razão do aumento da demanda, que tem sido favorecida pelo aumento do consumo de combustíveis, alimentos, madeira e também por produtos da construção civil. Nessa previsão também observamos menos impactos da pandemia, como fechamentos, lockdown e outras situações”, avalia Mauro Santos.

## SAFRA 2021/22

### BB disponibiliza R\$ 16 bi em crédito a produtores

Pedro Peduzzi/ABR

O Banco do Brasil anunciou na última terça-feira (23) a disponibilização de R\$ 16 bilhões em crédito a produtores rurais, para a compra antecipada de insumos, por meio do custeio antecipado da safra 2021/2022. De acordo com o banco, o crédito tem como foco o financiamento das lavouras de soja, milho, algodão, café, arroz e cana-de-açúcar. “A linha permitirá aos clientes avaliar o melhor momento para a aquisição dos insumos, levando em consideração as condições de preço e mercado”, informa o Banco do Brasil.

No âmbito do Pronamp, que é destinada ao médio produtor, a taxa cobrada será de 5% ao ano, com prazo de até 14 meses e teto de R\$ 1,5 milhão. Já para o custeio agropecuário, a taxa cobrada é de 6% ao ano, também pelo prazo de até 14 meses. Nesse caso, o teto é de R\$ 3 milhões. “Trata-se de um conjunto de linhas de crédito que colocamos à disposição, para que o produtor rural tenha mais liberdade para atuar em sua atividade produtiva”, disse o vice-presidente de Agronegócios e Governo do BB, João Rabelo, anunciar os números.

Segundo o banco, a compra antecipada de insumos permite aos

produtores “melhores condições negociais, maior segurança quanto ao recebimento dos insumos no período adequado e possibilidade de melhores retornos econômicos à atividade”.

No ano passado, o banco verificou elevações nos custos de produção de até 19% entre os meses de disponibilização do crédito antecipado (fevereiro) e de concentração do plantio (outubro). “Dessa forma, quem teve a oportunidade de adquirir antecipadamente seus insumos aproveitou o melhor momento de compra”, justifica o banco que disponibilizou, nas últimas três safras, R\$ 27 bilhões no custeio antecipado.

## TRAVA NA ECONOMIA

### Mercado diminui projeção de crescimento em 2021

Andreia Verdélio/ABR

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira este ano caiu de 3,43% para 3,29%. A estimativa está no boletim Focus da última segunda-feira (22), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o próximo ano, a expectativa para Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – é de cres-

cimento de 2,50%, a mesma previsão por 148 semanas consecutivas. Em 2023 e 2024, o mercado financeiro também continua projetando expansão do PIB em 2,50%.

No caso da taxa básica de juros, a Selic, as instituições financeiras consultadas pelo BC aumentaram a projeção para este ano de 3,75% para 4% ao ano. Atualmente, a Selic está estabelecida em 2% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Para o fim de 2022, a estimativa do mercado é que a taxa básica fique em 5% ao ano.

E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é 6% ao ano.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o cré-

dito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

**INFLAÇÃO** - A Selic é o principal instrumento utilizado pelo BC para alcançar a meta de inflação. Para 2021, a expectativa do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – a inflação oficial do país) subiu de 3,62% para 3,82%.

Para 2022, a estimativa de inflação é de 3,49%. Tanto

para 2023 como para 2024 as previsões são de 3,25%.

O cálculo para 2021 está abaixo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,25% e o superior, 5,25%.

No caso do dólar, a expectativa é que cotação ao fim deste ano seja de R\$ 5,05. Para o fim de 2022, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5.